

OS DILEMAS DA PREVIDÊNCIA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ

Entenda como a
má gestão impacta
diretamente os
servidores públicos
do município



OS DILEMAS DA PREVIDÊNCIA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ

APrevidência Social é um dos pilares essenciais do sistema de proteção social no Brasil, oferecendo suporte econômico aos trabalhadores em momentos de vulnerabilidade. **Sua principal função é garantir uma renda para aqueles que contribuíram durante sua vida ativa**, assegurando suporte quando o trabalho se torna inviável devido a idade, problemas de saúde ou falecimento do contribuinte. Além disso, a Previdência Social garante que os dependentes dos segurados tenham um rendimento seguro.

Os recursos da Previdência Social provêm das contribuições obrigatórias dos trabalhadores e das empresas, e, no caso dos regimes próprios, também dos entes públicos. Para os municípios, um aspecto crucial desse processo é a Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP). **Esse documento é essencial para comprovar que o regime de previdência está em conformidade com as exigências legais.** Sem a CRP, os municípios enfrentam restrições significativas, como a impossibilidade de receber transferências voluntárias de recursos da União, celebrar convênios e acordos, e obter financiamentos de instituições financeiras públicas.

No Brasil, a Previdência Social é organizada em três regimes principais. O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) cobre trabalhadores do setor privado e servidores públicos que não têm um regime próprio, sendo administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). **O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é destinado exclusivamente a servidores públicos efetivos em municípios, estados e União que mantêm seus próprios regimes.** Já o Regime de Previdência Complementar (RPC) oferece uma opção facultativa para todos os trabalhadores, incluindo servidores públicos, contribuírem adicionalmente para obter uma renda extra além da aposentadoria oficial.

Em Canindé, **o RPPS tem enfrentado um histórico de instabilidade e má gestão.** Desde sua criação em 1992, o regime passou por várias fases de extinção e recriação, culminando na formação do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Canindé (IPMC) em 2006. Em 2021, a situação se agravou quando a administração enviou à Câmara Municipal um projeto de reestruturação do RPPS, que foi aprovado sem a consulta aos servidores. O projeto incluiu uma taxação de 14% sobre os salários dos servidores, a implementação de uma idade mínima para aposentadoria e a imposição de uma contribuição obrigatória de 14% para aposentados e pensionistas.

Simultaneamente, **a contribuição da prefeitura (patronal) foi reduzida de aproximadamente 19% para 12%, com uma taxa de administração de 2% para o IPMC.** Essa desproporção nas contribuições levanta dúvidas sobre o real objetivo da reforma, que deveria focar no equilíbrio financeiro do Instituto. No entanto, a reforma acabou afetando negativamente os direitos dos servidores que contribuíram ao longo de suas carreiras no serviço público.

Ao longo do tempo, gestões anteriores e a atual realizaram parcelamentos sem garantir o cumprimento adequado das normas. Em 2024, nenhum desses parcelamentos foi pago corretamente. **A soma dos valores devidos entre janeiro e junho deste ano alcança o montante de R\$ 3.990.495,04.** É crucial destacar que uma série de decisões equivocadas pode, ao final, impactar negativamente aqueles que, dia após dia, fazem o serviço público acontecer.



UMA DÍVIDA IMPAGÁVEL: DE QUEM É A CULPA?

A dívida do IPMC, que em 2017 era de 134 milhões de reais, **hoje alcança a cifra alarmante de R\$ 830 milhões**. Essa explosão do déficit atuarial levanta sérias questões sobre a responsabilidade dos gestores públicos. Como aceitar que a atual prefeita continue a não repassar ao IPMC as contribuições devidas, tanto da parte patronal quanto dos servidores? Como aceitar o não cumprimento dos aportes financeiros necessários para a sobrevivência do Instituto?

IRREGULARIDADES NO DIPR



As informações apresentadas no Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV) em 2024, **revelam uma série de discrepâncias significativas entre os valores devidos e os valores efetivamente repassados tanto pelo ente patronal quanto pelos servidores**. No caso do ente patronal, a divergência acumulada nos meses de janeiro a junho é alarmante, somando R\$ 5.294.446,811.121.754,87.

As contribuições dos servidores também apresentam irregularidades, sendo que, de janeiro a junho, a divergência apurada atingiu R\$ 1.616.258,00. Esses números indicam um cenário preocupante de má gestão e falta de cumprimento das obrigações previdenciárias, comprometendo a sustentabilidade do sistema e colocando em risco a segurança financeira dos beneficiários. **No total, somando a parte patronal e as contribuições dos servidores, o valor alcança R\$ 6.910.704,31**.

A VOZ DOS SERVIDORES: É HORA DE AGIR

A situação do RPPS de Canindé é grave e exige uma resposta firme dos servidores públicos municipais. **É hora de se unir, exigir transparência e lutar por uma administração responsável que garanta a sustentabilidade do sistema e o respeito aos direitos de quem tanto trabalhou pelo município.** O futuro da previdência em Canindé depende da ação coletiva e da mobilização para impedir que mais uma vez os servidores sejam penalizados por uma gestão inadequada.



SERVIDORES E SERVIDORAS MUNICIPAIS, **UNAM-SE!**

